



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DG

RELATORIA: DG

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 44/2020

OBJETO: Proposta de Declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação de áreas necessárias às obras de melhoria de acesso, na BR-101, km 011+960m, no Município de Dom Pedro de Alcântara/RS.

ORIGEM: SUINF

PROCESSO (S): 50500.024227/2020-30

PROPOSIÇÃO PRG: PARECER REFERENCIAL N° 01634/2018/PF-ANTT/PGF/AGU

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO - DIRETORIA COLEGIADA

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se de proposta de Declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação de áreas necessárias às obras de melhoria de acesso, na BR-101, km 011+960m, no Município de Dom Pedro de Alcântara/RS.

2. DOS FATOS

2.1. Por meio da correspondência VSA - ADC n° 196/2020, de 12 de março de 2020 (Documento SEI n°2977487), a CONCESSIONARIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A apresentou à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a documentação necessária à elaboração da proposta de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de áreas necessárias às obras de melhoria de acesso, na BR-101, km 011+960m, no Município de Dom Pedro de Alcântara/RS.

2.2. Conforme Relatório de Análise de Projeto n° 0248/2020 (Documento SEI n°3169435), a equipe de suporte técnico da SUINF promoveu a análise da proposta de declaração de utilidade pública, e concluiu que os requisitos técnicos foram atendidos, de modo que a Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - GEENG emitiu o Parecer Técnico n° 0235/2020/GEENG/SUINF (Documento SEI n° 3169659), onde concluiu pelo prosseguimento do feito.

2.3. Do supracitado Parecer Técnico, destaca-se:

"(...)

11. A presente análise técnica pautou-se principalmente na verificação da compatibilidade da proposta de DUP frente ao projeto de engenharia aprovado. Neste caso, a planta de DUP foi sobreposta com o projeto de engenharia sendo constatado que as linhas de "off-sets" e delimitações da faixa de domínio estão consonantes com as normas vigentes. Quanto ao memorial descritivo apresentado, verificou-se também sua compatibilidade com as plantas apresentadas onde constatamos também a equivalência dos números apresentados.

12. Tratando-se de assunto abordado no Parecer n° 01634/2018/PF-ANTT/PGF/AGU Referencial que trata de Declaração de Utilidade Pública, em anexo, justifica-se a dispensa da tramitação à PF-ANTT visto que o caso se amolda aos termos da manifestação jurídica, e que as exigências formais e documentos correspondentes à regularidade do procedimento foram atendidas.

13. O projeto de engenharia que subsidiou a presente análise foi aprovado por meio do Ofício n° 0055.2020-GEENG-SUINF-R00 de 13/02/2020.

"(...)"

2.4. Foi promovida a juntada do PARECER REFERENCIAL N° 01634/2018/PF-ANTT/PGF/AGU, de 05 de novembro de 2018 (fls. 02/09 do Documento SEI n° 3169720, do qual se destaca o que segue:

"1. Trata-se de Parecer Referencial (ou ainda Manifestação Jurídica Referencial - MRJ) que tratará de Declaração de Utilidade Pública (DUP) e conseqüente desapropriação, por concessionárias de rodovias federais, de área necessária à execução das obras atinentes ao serviço público concedido.

"(...)

25. Para justificar a dispensa de remessa a esta PF-ANTT de feitos que tratem de pedidos de DUP, a Administração da ANTT deverá juntar aos respectivos autos uma cópia do presente Parecer Referencial, e promover a devida manifestação atestando que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial, e de que foram satisfeitas as exigências formais e documentais correspondentes à regularidade do procedimento.

"(...)

27. Em face do exposto, uma vez atestado pelo órgão assessorado que o assunto do processo é tratado nesta manifestação referencial, bem como certificado o cumprimento das orientações acima exaradas, é juridicamente possível dar prosseguimento ao processo, visando à declaração de utilidade pública de áreas necessárias à execução de obra em rodovia federal concedida, sem submeter os autos à PF/ANTT, consoante Orientação Normativa AGU n° 55/14 e Portaria PGF n° 262/17.

28. Dessa forma, apenas se houver assunto referente a DUP que não esteja abordado nesta manifestação ou dúvida jurídica quanto a pontos específicos, é que será necessário o envio do processo a esta PF-ANTT.

"(...)"

2.5. Sendo assim, tendo em vista a possibilidade de utilização do supracitado Parecer Referencial da PF/ANTT, conforme manifestação expressa da SUINF em seu Parecer Técnico, observa-se a hipótese de dispensa de encaminhamento dos autos à área jurídica.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. As condições de exploração da Rodovia em questão estão estabelecidas no Contrato de Concessão 01/2019, que trata da exploração das Rodovias BR-101/290/386/448/RS, firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e a Via Sul – Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A. O item 8.2.1 do referido Contrato estabelece o seguinte:

“Cabe à Concessionária, como entidade delegada do Poder Concedente, promover desapropriações e servidões administrativas, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à Concessão.”

3.2. As obras de implantação de interconexões constam do PER – Programa de Exploração da Rodovia, no item 3.2.1.2 Obras de Melhorias, sendo de caráter obrigatório.

3.3. Por meio do Relatório de Análise de Projeto n.º 0248/2020, de 07 de abril de 2020, analisou-se os aspectos técnicos referentes à proposta de DUP em tela, de maneira que apresenta conformidade com os normativos técnicos vigentes.

3.4. Para promover a desapropriação das áreas necessárias, a CONCESSIONARIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A apresentou à SUINF a documentação necessária à elaboração da proposta de declaração de utilidade pública, nos termos da Lei n.º 10.233, de 05 de junho de 2001, conforme transcrição a seguir:

“(…)

Art. 24. Cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuições gerais:

(…)

XIX – declarar a utilidade pública para fins de desapropriação ou de servidão administrativa de bens e propriedades necessários à execução de obras no âmbito das outorgas estabelecidas. (incluído pela Lei n.º 13.448, de 2017)

(…)”

3.5. Complementando a referida norma, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT publicou a Resolução n.º 5.819, de 10 de maio de 2018, que estabeleceu procedimentos gerais para o requerimento de declaração de utilidade pública referente aos projetos e investimentos no âmbito de suas outorgas, dentre os quais:

“Art. 11. A Diretoria da ANTT aprovará as propostas de declaração de utilidade pública necessárias à execução de projetos e investimentos, no âmbito das outorgas estabelecidas, e, concomitantemente, declarará, por meio de Deliberação, a utilidade pública.”

3.6. Foram realizadas análises técnicas pela SUINF, e dispensada a análise jurídica pela Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – PF/ANTT, consoante disposto no citado PARECER REFERENCIAL N.º 01634/2018/PF-ANTT/PGF/AGU, concluindo-se pela viabilidade da proposta de declaração de utilidade pública, posto que atendeu aos requisitos necessários.

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Considerando o exposto, proponho ao Colegiado desta Casa que aprove a minuta de Deliberação apresentada no Documento SEI n.º3288954, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da União, as áreas necessárias às obras de melhoria de acesso, na BR-101, km 011+960m, no Município de Dom Pedro de Alcântara/RS.

Brasília, 27 de abril de 2020.

MARCELO VINAUD PRADO
DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VINAUD PRADO, Diretor Geral em Exercício**, em 05/05/2020, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3288749 e o código CRC 4F578F7B.